

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: ENTRE A OPRESSÃO E A EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA

Isadora Mendes Tayar¹
Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista²

RESUMO: A inteligência artificial tem sido progressivamente incorporada ao campo educacional, ampliando discussões sobre seu impacto no ensino e na aprendizagem. Este estudo analisa como essas tecnologias podem promover a emancipação educacional ou reforçar práticas pedagógicas mecanicistas, considerando as contribuições do pensamento freiriano. A pesquisa discute o potencial da inteligência artificial para favorecer abordagens dialógicas e inclusivas, desde que utilizada de maneira crítica e contextualizada. Argumenta-se que a adoção dessas ferramentas deve envolver a formação docente para evitar a reprodução de modelos passivos de ensino e possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Conclui-se que a efetividade da inteligência artificial na educação depende da intencionalidade pedagógica de sua aplicação, sendo fundamental compreender seus limites e possibilidades para assegurar que sua utilização contribua para processos de aprendizagem significativos.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial; educação emancipatória; tecnologia educacional; Paulo Freire.

ABSTRACT: Artificial intelligence has been progressively incorporated into the educational field, expanding discussions on its impact on teaching and learning. This study analyzes how these technologies can either promote educational emancipation or reinforce mechanistic pedagogical practices, considering the contributions of Freirean thought. The research discusses the potential of artificial intelligence to foster dialogical and inclusive approaches, provided it is used critically and contextually. It is argued that the adoption of these tools must involve teacher training to prevent the reproduction of passive teaching models and enable the development of students' autonomy. The study concludes that the effectiveness of artificial intelligence in education depends on the pedagogical intentionality behind its application, making it essential to understand its limits and possibilities to ensure its use contributes to meaningful learning processes.

¹ Graduada em Ciência Política - Universidade de Uberaba (Uniupe) e em Direito - Universidade de Uberaba (Uniupe). Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas - Universidade de Uberaba (Uniupe), Especialista em Direito Empresarial - Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direito Civil (Universidade Presbiteriana Mackenzie). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho - Universidade de Uberaba (Uniupe). Endereço institucional: Universidade de Uberaba – UNIUBE Av. Nenê Sabino, 1803 – Universitário, Uberaba – MG, 3312-8800. E-mail: isadoraamendestayar@gmail.com

² Doutorado em Educação (Área de Concentração: história, filosofia e educação); Universidade de Uberaba (UNIUBE); Programa de Pós-Graduação em Educação e Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP); Curso de Direito; Avenida Nenê Sabino, 1803, Bairro Universitário, Uberaba (MG), 3312-8800; Avenida Brasil Oeste, s/n, Jardim Zenith, Monte Carmelo (MG); 3842-5272. E-mail: mrgugaster@gmail.com.

KEY-WORDS: Artificial intelligence; emancipatory education; educational technology; Paulo Freire.

1. INTRODUÇÃO

A popularização da inteligência artificial no campo educacional, especialmente após a disponibilização de sistemas como o ChatGPT no final de 2022, trouxe novos desafios e possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, a inserção dessas tecnologias na educação não é neutra e pode reforçar tanto práticas tradicionais e mecanicistas quanto perspectivas pedagógicas mais emancipatórias, a depender da forma como são empregadas. Diante disso, torna-se necessário analisar criticamente o impacto da inteligência artificial na educação, considerando suas implicações para os educadores e para a autonomia dos estudantes.

O problema de pesquisa que orienta este estudo reside na compreensão dos modos pelos quais a inteligência artificial pode ser utilizada como um instrumento de emancipação educacional ou, ao contrário, como um mecanismo que perpetua a passividade dos sujeitos no processo de aprendizagem. A partir do referencial teórico freiriano, que critica modelos de ensino bancário e defende uma educação dialógica e transformadora, busca-se apresentar como a IA pode favorecer práticas pedagógicas mais participativas e contextualizadas e se sua utilização pode limitar o desenvolvimento crítico dos educandos, tornando-os dependentes de respostas automatizadas e pré-configuradas.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender as novas tecnologias na formação dos sujeitos, contribuindo para um debate fundamentado sobre a inserção da inteligência artificial na educação. Ao articular a reflexão sobre tecnologia educacional com os princípios da educação emancipatória, busca-se oferecer reflexões para a adoção de práticas que garantam o uso crítico da IA no ensino.

Dessa forma, a pesquisa pretende auxiliar na construção de abordagens pedagógicas que integrem essas ferramentas sem comprometer a formação de estudantes autônomos, capazes de interagir ativamente com o conhecimento e com o mundo.

2. METODOLOGIA

Este artigo consiste em uma pesquisa de revisão bibliográfica, caracterizada como qualitativa (Flick, 2009; Sousa; Oliveira; Alves, 2021). A escolha dessa abordagem se

justifica pela necessidade de compreender criticamente as implicações da inteligência artificial na educação, analisando como essa tecnologia pode atuar tanto como um instrumento de opressão quanto de emancipação na perspectiva da Pedagogia da Autonomia. Para isso, foram examinados estudos teóricos e empíricos que discutem a relação entre inteligência artificial e práticas pedagógicas, considerando a influência dos princípios freirianos na construção do conhecimento.

A revisão bibliográfica foi conduzida com o propósito de reunir, sistematizar e analisar produções acadêmicas relevantes sobre o tema, permitindo a formulação de um referencial teórico consistente. Conforme apontado por Santos (2019a), a revisão bibliográfica deve ser conduzida com uma perspectiva crítica, uma vez que representa o alicerce teórico do estudo. Além disso, ao realizar a revisão teórica, torna-se viável verificar se a temática já foi investigada anteriormente, em que medida foi aprofundada e qual abordagem foi adotada. Esse procedimento é o momento de “de se diferenciar das demais pesquisas já realizadas, trabalhando a partir delas, colaborando um pouco mais no avanço dos entendimentos pertinentes ao tema” (Santos, 2019a, p. 17).

Esse método possibilitou a identificação de padrões, lacunas e debates presentes na literatura, contribuindo para uma compreensão ampla e fundamentada da temática. Além disso, a revisão bibliográfica é essencial na construção do estado do conhecimento sobre o assunto, fornecendo elementos teóricos que orientam a reflexão crítica desenvolvida ao longo do artigo.

As buscas foram realizadas em bases de dados científicas reconhecidas pela comunidade acadêmica, tais como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Acadêmico, a Periódicos Capes e a IEEE Xplore, selecionadas por sua relevância na indexação de artigos que abordam tanto os fundamentos da pedagogia crítica quanto os impactos da inteligência artificial na educação. Para a delimitação do material analisado, foram utilizados descritores como "inteligência artificial na educação", "Paulo Freire e tecnologia", "Pedagogia da Autonomia e ensino digital", "aprendizagem dialógica e IA", "ensino bancário e inteligência artificial", entre outros termos que possibilitaram o refinamento dos resultados.

A análise dos textos selecionados seguiu uma abordagem qualitativa, baseada na leitura crítica e na comparação dos argumentos apresentados nas pesquisas consultadas.

Conforme Bardin (2020), a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas aplicadas à interpretação das comunicações, com o objetivo de extrair, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que podem ser quantitativos ou qualitativos. Esses indicadores possibilitam a inferência de conhecimentos sobre as condições em que as mensagens foram produzidas e recebidas, considerando as variáveis subjacentes a esse processo.

Desta forma foram identificadas tendências teóricas e aplicações práticas que evidenciam tanto o potencial da inteligência artificial para reforçar modelos tradicionais e mecanicistas de ensino quanto suas possibilidades de promover práticas pedagógicas mais dialógicas e emancipatórias. Esse processo analítico permitiu a articulação entre os estudos sobre tecnologia educacional e as reflexões freirianas, estruturando a argumentação desenvolvida ao longo do artigo.

3. A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA E A CRÍTICA AO ENSINO BANCÁRIO

Para interpretar a produção teórica de um autor, é necessário considerar os aspectos de sua trajetória, uma vez que esses elementos influenciam diretamente a construção de seu pensamento. No caso de Paulo Freire, essa relação torna-se ainda mais evidente, pois sua concepção pedagógica foi moldada a partir de vivências no nordeste do Brasil, região marcada por elevados índices de analfabetismo, exclusão social e condições de extrema pobreza.

O próprio autor relembra sua trajetória ao afirmar: “Em Jaboatão perdi meu pai. Em Jaboatão experimentei o que é a fome e compreendi a fome dos demais. Em Jaboatão, criança ainda, converti-me em homem graças à dor e ao sofrimento que não submergiam nas sombras da desesperação” (Freire, 1979, p. 14).

Esse contexto, que serviu como base para suas reflexões e experiências, posicionava os indivíduos da região em uma condição de objeto, ou seja, reduzia-os a uma existência desprovida de consciência crítica, alienando-os e marginalizando-os. A consequência desse processo era a negação da percepção de si mesmos como agentes ativos de sua própria trajetória e das transformações sociais (Freire, 1979; Santos et al., 2025).

A superação dessa realidade de opressão exige o reconhecimento e a retomada da dignidade anteriormente negada. A proposta pedagógica de Paulo Freire direciona-se justamente para esse resgate, permitindo que aqueles submetidos à opressão possam se reconhecer como sujeitos capazes de intervir no mundo em que vivem. Sua principal

contribuição consistiu em compreender que, para que os indivíduos em condição de subalternidade pudessem romper com essa estrutura e evitar permanecer sob a dominação de interesses externos, seria fundamental que assumissem um posicionamento ativo em relação às suas ações e ao curso de sua própria história (Ramalho, 2022; Santos et al., 2025).

A concepção de educação libertadora proposta por Freire fundamenta-se no desenvolvimento da consciência crítica e na construção do conhecimento a partir de relações dialéticas. Dessa maneira, ele rejeita a ideia de conhecimento como um processo passivo, no qual o sujeito não exerce qualquer interferência sobre o objeto a ser conhecido. Em sua abordagem, o ato de conhecer é dinâmico, dialógico e exige uma ação que transforme a realidade investigada (Torres; Carril, 2021).

No método proposto por Freire, a relação entre professor e aluno não se estabelece de maneira hierárquica, em que um detém todo o saber enquanto o outro ocupa a posição de completo desconhecimento. Ao contrário, o processo educativo pressupõe uma interação na qual ambos participam ativamente na construção do conhecimento. A proposta educacional freiriana, busca romper com modelos tradicionais e promover uma aprendizagem baseada na participação crítica e na transformação da realidade (Torres; Carril, 2021; Ramalho, 2022).

Freire (2005, p.102), disse que:

(...) não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isso e aquilo.

O exercício da docência, a transmissão de conhecimento e a intenção de contribuir para a formação do educando não podem ser reduzidos a formalidades nem limitados ao espaço da sala de aula. É necessário estabelecer uma conexão sólida entre o processo de ensino e aprendizagem e a realidade social, garantindo que a educação tenha um impacto significativo na vivência dos indivíduos. Essa perspectiva torna-se mais clara ao se considerar que a teoria pedagógica de Paulo Freire não se fundamenta em premissas abstratas ou hipotéticas que se afastam do contexto real. Pelo contrário, sua abordagem se baseia nas condições concretas da existência e, a partir delas, busca promover transformações (Freire, 1979).

Nesse sentido, Freire destaca que a educação problematizadora se sustenta na criatividade e na articulação entre ação e reflexão sobre a realidade, permitindo que os

educandos compreendam criticamente o mundo ao seu redor e atuem para modificá-lo (Freire, 1979). Dessa forma, a dita “pedagogia da autonomia”, conforme proposta por Paulo Freire, fundamenta-se no princípio de que a educação deve promover a conscientização crítica e a participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem. Essa concepção rompe com a noção tradicional de ensino, em que o professor detém o conhecimento e o transmite unilateralmente aos alunos. Em vez disso, enfatiza uma relação dialógica, na qual educador e educando constroem juntos o conhecimento, a partir da problematização da realidade.

Essa abordagem rejeita a concepção de educação como um ato passivo e acumulativo, destacando que aprender é um processo dinâmico e transformador, enraizado nas experiências concretas dos sujeitos. A autonomia do educando, nesse contexto, não se restringe a um ideal abstrato, mas emerge do desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e da ação consciente sobre o mundo. Dessa forma, a pedagogia da autonomia propõe que a prática educativa seja orientada pelo engajamento, pela construção coletiva do saber e pelo compromisso com a transformação social.

Na perspectiva freiriana, a prática educativa deve promover a autonomia do educando, possibilitando que ele desenvolva uma consciência crítica e atue na transformação da realidade. No entanto, há um modelo educacional que opera em sentido contrário a essa proposta, reforçando a passividade e a reprodução acrítica do conhecimento: a educação bancária.

Esse modelo concebe o ensino como um processo no qual os estudantes são meros receptáculos de informações, enquanto o professor seria o único detentor do saber. Freire (1987) argumenta que essa abordagem estabelece uma separação artificial entre os indivíduos e o mundo, fazendo com que os educandos se tornem espectadores da realidade, em vez de sujeitos capazes de compreendê-la e transformá-la. Dessa maneira, a consciência é reduzida a uma instância passiva, moldada exclusivamente por estímulos externos, e a aprendizagem se limita à memorização mecânica de conteúdos, sem qualquer problematização.

Na educação bancária, o professor ocupa uma posição hierarquicamente superior, sendo responsável por transmitir o conhecimento de forma unilateral. Os estudantes, por sua vez, desempenham um papel passivo, acumulando informações sem estabelecer vínculos reflexivos com elas. Esse modelo reforça a alienação, tornando o aluno um mero arquivador de dados, privado da possibilidade de interagir criticamente com o conhecimento e de construir ativamente sua própria compreensão da realidade, conforme Freire (1987).

A transmissão de saberes nesse formato configura-se como um ato de depósito, no qual o educador deposita informações e os educandos as recebem sem questionamento.

Assim, a única ação permitida ao estudante é armazenar o conteúdo apresentado, sem participação ativa na construção do aprendizado. Como consequência, a educação bancária não apenas limita a autonomia do educando, mas também perpetua relações de dominação, pois restringe sua capacidade de pensar criticamente e de intervir na sociedade (Lima et al., 2022).

Freire (1987) ressalta que essa concepção de ensino nega a essência do ser humano como sujeito histórico e social, reduzindo-o a uma condição de objeto. A ausência de diálogo e a ênfase na memorização mecânica reforçam um estado de conformismo, no qual os educandos não questionam a realidade nem buscam transformá-la. Ao invés de fomentar a participação ativa e a reflexão crítica, esse modelo sustenta uma estrutura de poder que impede a emancipação dos indivíduos.

Diante disso, a educação emancipadora surge como contraponto à educação bancária, buscando construir um processo de ensino-aprendizagem baseado no diálogo, na experiência concreta e na interação entre educador e educando. Brandão (2005) argumenta que a aprendizagem deve ocorrer ao longo de toda a vida, como um direito do sujeito de desenvolver-se continuamente, não se limitando a um acúmulo de conhecimentos isolados, mas vinculando-se à sua própria existência e às transformações do mundo.

Nesse sentido, a educação deve ser um espaço de construção coletiva do saber, no qual educadores e educandos aprendem mutuamente, participando ativamente do processo de ensino. Freire (1987) enfatiza que a relação educativa precisa romper com hierarquias rígidas e fomentar a reflexão crítica, permitindo que os sujeitos compreendam sua realidade e atuem nela de forma consciente. Dessa forma, a prática pedagógica não deve reduzir-se a um instrumento de reprodução de estruturas de dominação, mas tornar-se um meio para a libertação dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO EDUCACIONAL, OU NÃO!?

Desde o final de 2022, o avanço das tecnologias de Inteligência Artificial (IA) tem provocado profundas transformações em diversos campos do conhecimento, incluindo a educação. Com a popularização de modelos de linguagem como o ChatGPT, tornou-se cada vez mais acessível o uso de ferramentas que processam e organizam informações em tempo

real, oferecendo respostas a perguntas diversas e auxiliando na construção de conhecimento (Rossoni, 2022; Goes; Porto, 2023).

Essas tecnologias, ao operarem com base em bancos de dados amplos e sofisticados algoritmos de aprendizado, possibilitam o acesso rápido a conteúdos complexos e a organização de informações de maneira estruturada, o que tem despertado interesse na aplicação da IA no ensino e na aprendizagem (Silva et al., 2024).

O ChatGPT, especificamente, é um modelo de linguagem baseado em redes neurais profundas que utiliza grandes volumes de dados para prever e gerar respostas coerentes a partir das interações com os usuários. Seu funcionamento depende da análise estatística de padrões textuais, o que permite que forneça explicações detalhadas sobre conceitos educacionais, sugestões para planejamento de aulas e até mesmo apoio na formulação de estratégias pedagógicas. No entanto, o que se apresenta como um recurso inovador para potencializar práticas educativas pode também reforçar estruturas pedagógicas tradicionalmente problemáticas, caso seu uso não esteja alinhado a princípios críticos e reflexivos (Porto, 2023; Silva et al., 2024).

Como visto, na perspectiva freiriana, a educação deve ser um processo dialógico, no qual professores e estudantes participam ativamente da construção do conhecimento, problematizando a realidade e desenvolvendo uma consciência crítica. Assim, a IA pode ser uma ferramenta que amplia o acesso à informação, desde que seu uso esteja integrado a um modelo educacional que favoreça a autonomia do estudante. Quando utilizada de maneira ativa e questionadora, a IA pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, facilitando a adaptação de conteúdos para diferentes necessidades, democratizando o acesso ao saber e permitindo que o estudante explore conhecimentos conforme seu ritmo e interesses (Rodrigues; Rodrigues, 2023; Silva et al., 2024).

No entanto, o uso passivo dessas tecnologias pode resultar no efeito contrário: em vez de favorecer a emancipação, pode reforçar a lógica da educação bancária, na qual os estudantes se tornam meros receptores de informações geradas automaticamente. Se professores e alunos se limitarem a aceitar as respostas da IA sem questionamento, corre-se o risco de consolidar uma relação de dependência com a ferramenta, reduzindo o aprendizado a um processo de simples armazenamento de conteúdos pré-concebidos, sem reflexão crítica.

Para que a IA se configure como um instrumento de emancipação educacional, é fundamental que seu uso esteja vinculado a práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, o diálogo e a contextualização do conhecimento. Os educadores devem assumir postura ativa na mediação desse processo (Santos, 2019), incentivando os estudantes a

questionarem as respostas geradas pelas ferramentas de IA, compará-las com diferentes fontes e relacioná-las com suas próprias experiências e contextos socioculturais. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser um meio para ampliar o repertório cognitivo dos estudantes, favorecendo a autonomia intelectual e a construção de saberes significativos.

Os jovens passam grande parte do seu dia conectados, enviando e trocando mensagens, assistindo vídeos e ouvindo música. Criticam a escola por não verem total sentido entre o que aprendem e o que vivem fora dela. Alguns desistem e abandonam os estudos. Entendemos que novas formas de ensinar com o potencial que as tecnologias informáticas possuem pode lhes propiciar injeções de ânimo ao se verem, também na escola, diante de parte da sua práxis cotidiana, a parte que lhes fornece prazer e entretenimento: o envolvimento predominante com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Santos, 2019, p. 246).

Segundo Santos (2019), para que os benefícios das novas tecnologias sejam plenamente aproveitados, é essencial uma reestruturação curricular na formação docente. Isso implica a incorporação de competências voltadas ao modelo de ensino e aprendizagem exigido pelos contextos social, econômico e cultural atuais. Dessa forma, a formação de educadores deve possibilitar a adoção de uma abordagem educacional em Rede, promovendo uma prática pedagógica mais colaborativa, social e de formação continuada.

Essa adaptação é fundamental diante do avanço tecnológico, que tem sido rapidamente assimilado pelos estudantes. No entanto, embora as inovações tecnológicas gerem transformações, são os indivíduos que determinam como essas ferramentas serão utilizadas. Santos (2019) já ponderava que:

(...) não estamos apostando em uma mudança instantânea, pois a velocidade da mudança social – que não acontece de forma aleatória, mas é fruto de uma construção – sempre será mais lenta que a mudança tecnológica. O professor é, e sempre será fundamental nessa construção, exercendo o papel de avaliar essas mudanças, adotando-as ou rejeitando-as, construindo formas de ver o mundo com mais clareza, pela sua função educacional, mas para tal empresa, o docente precisa ser preparado previamente (Santos, 2019, p. 256).

O desafio, portanto, não está na presença da IA na educação, mas na forma como ela é incorporada ao processo pedagógico. Se utilizada de maneira crítica e dialógica, a IA pode ser uma aliada na promoção de práticas educacionais mais democráticas e acessíveis. Entretanto, se seu uso for condicionado a um consumo passivo de informações, sem mediação reflexiva, pode acabar reforçando modelos tradicionais de ensino, nos quais o estudante é um mero receptor de conteúdos prontos, limitando sua capacidade de questionar, interpretar e intervir na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que a inteligência artificial pode ser integrada ao campo educacional de maneiras distintas, dependendo do modelo pedagógico adotado. Quando utilizada de forma crítica e alinhada a princípios freirianos, a IA apresenta potencial para ampliar o acesso ao conhecimento, diversificar estratégias de ensino e fortalecer a autonomia dos estudantes no processo de aprendizagem.

No entanto, sua implementação sem uma mediação pedagógica adequada pode reproduzir práticas mecanicistas, transformando-a em um instrumento que reforça a passividade dos sujeitos diante do conhecimento. Assim, a incorporação dessas tecnologias na educação exige uma abordagem reflexiva que assegure a interação ativa entre educadores e estudantes, favorecendo processos formativos que ultrapassem a mera recepção de informações.

Esta revisão teórica possibilitou compreender que a adoção da inteligência artificial na educação demanda um reposicionamento docente e uma reestruturação curricular que contemple o desenvolvimento de competências voltadas à análise crítica e ao uso ético dessas ferramentas. Além disso, o estudo indicou que, para evitar a reprodução de um modelo bancário de ensino, é necessário que a tecnologia seja integrada à prática educacional de forma dialógica, promovendo a construção coletiva do conhecimento e garantindo que os aprendizes não sejam apenas consumidores passivos de conteúdos gerados por sistemas automatizados.

REFERÊNCIAS

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo** (Edição Revista e Atualizada), de Laurence Bardin, Edições 70. Brasil, 2020.

TAYAR, I.M.; BATISTA, G.A.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Um pequeno texto para iniciar o diálogo. In: BORGES, Liana; BRANDÃO, Sérgio Vieira. **Diálogos com Paulo Freire: teorias e práticas de educação popular**. Tramandaí: ISIS, 2005.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** [tradução de Kátia de Melo e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOES, Diego; PORTO, Cristiane. O CHATGPT: a tecnologia a serviço do aluno e do professor em sala de aula. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC**, n. 11, 2023.

LIMA, Raimunda Vieira et al. Gestão Escolar e as Práticas Educativas na EJA: Educação Bancária e Emancipadora. **Rebena -Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 197-209, 2022.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. Modelo analítico da pedagogia do oprimido: sistematização do método Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270007, 2022.

RODRIGUES, Olira Saraiva; RODRIGUES, Karoline Santos. A inteligência artificial na educação: os desafios do ChatGPT. **Texto Livre**, v. 16, p. e45997, 2023.

ROSSONI, Luciano; CHAT, G. P. T. A inteligência artificial e eu: escrevendo o editorial juntamente com o ChatGPT. **Revista eletrônica de ciência administrativa**, v. 21, n. 3, p. 399-405, 2022.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa et al. Entre Palavras E Ações—Os Saberes Da “Pedagogia Da Autonomia” De Paulo Freire Para Transformar O Ensino Em Prática Viva. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 6812-6841, 2025.

SANTOS, Hercules Pimenta. O professor diante da demanda do aluno do XXI: trabalhando com tecnologias e mídias de potencial educativo. **Debates em Educação**, v. 11, n. 24, p. 245-258, 2019. Disponível em <https://ufmg.academia.edu/HerculesSantos>. Acesso em 17 fev. 25.

SANTOS, Hercules Pimenta. **Quero entrar para um mestrado em uma universidade pública: dicas e orientações sobre seus processos e a elaboração de projetos de pesquisa, ação ou intervenção**. 2019a. Disponível em <https://ufmg.academia.edu/HerculesSantos>. Acesso em 17 fev. 25.

SILVA, Wagner Mendes et al. Conhecendo o CHATGPT e seus impactos na educação. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 9, p. e5794-e5794, 2024.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

TORRES, Juliana Rezende; CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Formação docente crítica em torno das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade à luz da concepção de educação libertadora de Paulo Freire. **Educar em Revista**, v. 37, p. e75679, 2021.